

CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO*

Abdullah Öcalan

Tradução de

Daniel de Oliveira Cunha **

Bülend Karadağ ***

NOTA INTRODUTÓRIA

Para Özlem

De modo sucinto e preciso, no fim dos anos 70, o poeta e ensaísta mexicano Octavio Paz resumiu o “estado da arte” sobre o que ele denominava o “câncer do estatismo”: “A grande realidade do século XX é o Estado. Sua sombra cobre todo o planeta. Se um fantasma percorre o mundo, esse fantasma não é o comunismo, mas o da nova classe universal: a burocracia. Embora talvez o termo burocracia não seja inteiramente aplicável a esse grupo social. A antiga burocracia não era uma classe, mas uma casta de funcionários unidos pelo segredo de Estado, enquanto a burocracia contemporânea é realmente uma classe, caracterizada não apenas pelo monopólio do saber administrativo, ao modo antigo, como do saber técnico. E há algo cada vez mais decisivo: tem o controle das armas e, nos países comunistas, o da economia e dos meios de comunicação e publicidade”. E prossegue, sobre o legado de certa literatura política sobre a “Impessoa” que é o Estado: “Por tudo isso, qualquer que seja nossa definição da burocracia moderna, a pergunta sobre a natureza do Estado é a pergunta central da nossa época. Por infelicidade, só há pouco renasceu entre os estudiosos o interesse por esse tema. Para cúmulo dos males, nenhuma das ideologias dominantes – a liberal e a marxista – contém elementos suficientes que permitam articular uma resposta coerente. A tradição anarquista é um precedente valioso, porém, é preciso renová-la e ampliar suas análises: o Estado que Proudhon e Bakunin conheceram não é o Estado totalitário de Hitler, Stalin e Mao. Assim, a pergunta sobre a natureza do Estado no século XX continua sem resposta”.

Nas últimas quatro décadas, houve uma profunda renovação dos estudos sobre o Estado, por exemplo, em autores tão diferentes como Michel Foucault (em seus cursos ministrados no Collège de France) e Michael Mann, para muito além das insistências neo-hegelianas que caracterizaram a “Teoria Geral do Estado”, disciplina bem conhecida nas faculdades de direito, ao longo dos séculos XIX e XX. Mas também houve importantes atualizações e derivações do pensamento anarquista, a exemplo do “anarquis-

* Versão original disponível em: <http://www.freeocalan.org/wp-content/uploads/2012/09/Ocalan-Democratic-Confederalism.pdf>.

** Daniel de Oliveira Cunha: Programa de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; Centro de Estudos Rurais e Urbanos e Imagens-USP. E-mail: oliveiracunha@hotmail.com.

*** Bülend Karadağ, nascido na Turquia, é mestre em Economia pela Universidade de Ankara (Turquia) e em Ciência Política pela Universität Kassel (Alemanha) e pela Berlin Economic and Law School. E-mail: bulendkaradag@yahoo.co.uk.

mo verde” de Murray Bookchin. Muitos pensadores, em diálogo permanente com uma nova tradição crítica formada nos países ditos “desenvolvidos”, como Bookchin, Noam Chomsky, Immanuel Wallerstein e outros, moldaram suas ideias próprias não nos ambientes acadêmicos, mas no calor das lutas conduzidas por movimentos de resistência popular, entre os quais o Subcomandante Marcos, em Chiapas, e Abdullah Öcalan, no Curdistão turco.

Öcalan é não só um dos líderes do movimento curdo contemporâneo, mas também uma das mentes mais produtivas do mundo intelectual curdo. Ele vem abordando vários aspectos da sociedade curda nos domínios da antropologia, da política linguística, da política internacional, do direito internacional e da abordagem feminista chamada jineologia (do curdo *jîn*, “mulher”). É autor de mais de quarenta livros e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores da Curdistão (PKK, em curdo), criado em 1978. Os estudos de Öcalan foram caracterizados por necessidades do movimento curdo espalhadas por quatro países da região Oriente Médio (Turquia, Irã, Iraque e Síria). Após ter sido capturado no Quênia por uma operação internacional organizada pelos serviços secretos dos vários países (EUA, Israel, Grécia, Turquia, entre outros), ele tem sido mantido em regime de isolamento, sendo o único prisioneiro da ilha-prisão de İmralı. No entanto, ele aproveitou seu tempo para elaborar suas propostas sobre a questão curda e sobre sua solução política. Em 2005, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos condenou a Turquia por ter decidido sentenciar o réu à pena capital depois de um processo injusto. Quando a Corte pediu novo julgamento para Öcalan, ele utilizou essa oportunidade para dar uma visibilidade a sua proposta do que ele chamou de Confederalismo Democrático. De fato, isto serviu para abrir uma brecha em seu isolamento e compartilhar suas propostas internacionalmente.

Desde então, ele aprofundou sua defesa com estudos sobre relações internacionais no quadro da história da região do Oriente Médio, sobre teorias do

ÖCALAN. Confederalismo democrático Estado e teorias do nacionalismo, sobre feminismo e sobre ecologia. Sua defesa foi publicada em quatro volumes com o título *Manifesto da Civilização Democrática*. A pretensão de dar uma proposta completa e de relacionar os conceitos principais do Confederalismo Democrático com seu caso judicial individual ao longo da sua defesa, aparentemente, deixou uma obra difícil para iniciantes, particularmente para muitos daqueles que hoje em dia são inspirados pela resistência da Rojava, no norte da Síria. Além dos esforços recentes de tradução iniciados, devido à reputação do luta curda contra o ISIS, as obras do Öcalan ainda têm poucas traduções em outras línguas. Sem dúvida, o rápido crescimento dos curdos como um novo poder no político do Oriente Médio aumentou a necessidade de se introduzir as ideias do Öcalan a outras partes do mundo o mais rapidamente possível. Por isso, alguns trechos de seu *Manifesto da Civilização Democrática* ou os assuntos abordados pelo conceito Confederalismo Democrático têm sido reproduzidos por uma comissão transnacional do PKK, a fim de aumentar internacionalmente o conhecimento das propostas do movimento curdo.

Essa adaptação, simplificada e introdutória, do manifesto *Demokratik Konfederalizm* foi lançada primeiramente em inglês pela iniciativa de “Freedom for Abdullah Öcalan – Peace in Kurdistan”, em 2011. Depois, este foi traduzido em muitas línguas, como o alemão, o francês, o italiano, o espanhol e, mais recentemente, o português. Um dos responsáveis por sua composição é o ativista curdo Memed Aksoy, atualmente residente em Londres.

A proposta de Öcalan é inovadora em vários sentidos, sobretudo por sua ênfase na jineologia – uma forma renovada de abordagem do feminismo, para muito além da poderosa simbologia das combatentes do YPJ em Rojava –, e também na agroecologia, como dois pilares essenciais do Confederalismo Democrático. O desenvolvimento agrário foi, durante algumas décadas, negligenciado por muitos movimentos socialistas de *libertação nacional*, espe-

cialmente no continente africano, em parte porque a experiência do colonialismo, de triste lembrança, foi durante muito tempo associada aos investimentos maciços da administração colonial no setor agrário e, com a transformação de antigas colônias de povoamento europeu, como Angola e a Rodésia do Sul, em verdadeiros celeiros agrícolas. Apenas dois países africanos buscaram inovar em direção a uma espécie de agrário-socialismo (como o chamou Björn Hettne): a Tanzânia, de Julius K. Nyerere, e principalmente o Burkina Faso, de Thomas Sankara, que também se havia lançado em propostas, incrivelmente bem-sucedidas, de renovação ecológica em um território semiárido. Nos últimos anos, os curdos têm saído ao mundo para conhecer novos métodos agroecológicos, que, aliás, não se resumem à inovação tecnológica, mas também à inovação social levada adiante por populações rurais que recusam qualquer passividade.

Enfim, seu questionamento incisivo sobre a indispensabilidade do Estado nacional chama a atenção para os riscos envolvidos na persistência sobre seus amálgamas ideológicos, geralmente de laivos racistas, exclusivistas e belicistas, entre os quais se destacam, no caso do Oriente Médio: o sionismo de Theodor Herzl, o kemalismo de Atatürk e Ayşe Afet İnan, o turanismo de Hüseyin Nihâl Atsız, o pan-arabismo de Michel Áflaq e Gamal Abdel Nasser, o “xiismo sunitizado” (segundo Ernest Gellner) dos aiatolás, o neo-otomanismo de Fethullah Gülen e Ahmet Davutoğlu, o nacionalismo curdo de Masoud Barzani e Jalal Talabani, além de muitos outros micronacionalismos de aspecto imitativo e dos fundamentalismos islâmicos ressurgidos.

Por fim, alguns termos foram traduzidos tendo em vista considerações críticas. Assim, para “sexism”, preferiu-se “sexismo” ao invés de “machismo”, em razão de o primeiro termo ser mais abrangente e menos biologizante que o segundo. Já a tradução melhor encontrada para “self-administration” fugiu ao correspondente habitual “administração própria”, uma vez que o adjetivo tem subjacente a ideia

ÖCALAN. Conferderalismo democrático de propriedade, além de ser um termo mais utilizado no antigo direito colonial de matriz britânica. Em seu lugar, preferimos “auto-administração”. Um dos conceitos mais recorrentes no texto, “nation-state”, equivale ao termo turco “Ulus-Devlet”, e ambos seriam traduzidos ao pé da letra como “nação-estado”. Esta também seria talvez a preferência do estudioso dos nacionalismos Anthony D. Smith, quando ele afirma que “podemos falar de nações-Estado no caso dos Estados poliétnicos que aspiram a ser nação e procuram se tornar nações unificadas (mas não homogêneas) por meio de medidas de acomodação e integração”. No entanto, preferimos utilizar o termo “Estado nacional”, de aspecto mais geral, uma vez que Öcalan se refere não apenas aos Estados do Oriente Médio, mas aos Estados de todo o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÖCALAN, Abdullah. *Kürdistan: Devrim Manifestosu. Demokratik Uygurlik Manifestosu*. Diyarbakır: Ararat Yayıncılık, 2012.

PAZ, Octavio. *O ogro filantrópico*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 14-15.

SMITH, Anthony D. *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2001. p. 31.

Abdullah Öcalan

PREFÁCIO

Por mais de trinta anos, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK) tem lutado pelos direitos legítimos do povo curdo. Nossa luta, nosso combate pela libertação transformou a questão curda em um assunto internacional que afetou todo o Oriente Médio e conduziu uma solução da questão curda para dentro do alcance.

Quando o PKK foi formado na década de 1970, o clima ideológico-político internacional caracterizava-se pelo mundo bipolar da Guerra Fria e pelo conflito entre os campos socialista e capitalista. O PKK foi inspirado, naquela época, pela ascensão de movimentos de descolonização em todo o mundo. Nesse contexto, nós tentamos encontrar nosso próprio caminho de acordo com a situação particular em nossa terra natal. O PKK nunca considerou a questão curda como um mero problema de etnicidade ou de nacionalidade. Em vez disso, acreditávamos, era o projeto de liberar a sociedade e de democratizá-la. Esses objetivos cada vez mais determinaram nossas ações desde a década de 1990.

Também havíamos reconhecido umnexo causal entre a questão curda e a dominação global do moderno sistema capitalista. Sem questionar e desafiar essa relação, uma solução não seria possível. Não sendo assim, nós só seríamos envolvidos em novas dependências.

Até agora, tendo em vista questões de etnia e nacionalidade, como a questão curda, que têm suas raízes profundas na história e nas fundações da sociedade, parecia haver apenas uma solução viável: a criação de um Estado nacional, que era o paradigma

ÖCALAN. Conferderalismo democrático da modernidade capitalista naquele momento.

Não acreditávamos, contudo, que qualquer esquema político não original seria capaz de melhorar de forma sustentável a situação das pessoas no Oriente Médio. Não foram o nacionalismo e os Estados nacionais que criaram tantos problemas no Oriente Médio?

Vamos, portanto, dar uma olhada mais de perto no contexto histórico desse paradigma e ver se nós podemos mapear uma solução que evite a armadilha do nacionalismo e sirva melhor à situação do Oriente Médio.

I. O ESTADO NACIONAL

A. NOÇÕES BÁSICAS

Com a sedentarização das pessoas, elas começaram a formar uma ideia da área em que elas estavam vivendo, de sua extensão e de seus limites, área esta determinada principalmente pela natureza e pelas características da paisagem. Clãs e tribos que haviam se estabelecido em uma determinada área e que ali viveram por um longo período de tempo desenvolveram as noções de uma identidade comum e da terra pátria. Os limites entre o que as tribos viram como suas terras natais ainda não eram fronteiras. O comércio, a cultura ou a língua não eram restringidos pelas fronteiras. Os limites territoriais mantiveram-se flexíveis durante um longo tempo. Estruturas feudais prevaleceram em quase toda parte e, de tempos em tempos, monarquias dinásticas ou grandes impérios multiétnicos ascenderam com suas fronteiras continuamente cambiantes, tais como o Império Romano, o Império Austro-Húngaro, o Império Otomano ou o Império Britânico. Eles sobreviveram durante longos períodos de tempo e a despeito de muitas mudanças políticas, porque a sua base feudal lhes permitiu uma distribuição de poder sobre uma vasta gama de cen-

1. Estado nacional e poder

Com o surgimento do Estado nacional, o intercâmbio, o comércio e as finanças impulsionaram a participação política e, posteriormente, somaram seu poder ao das estruturas tradicionais do Estado. O desenvolvimento do Estado nacional, no início da Revolução Industrial, há mais de duzentos anos atrás, andava de mãos dadas com a acumulação desregulada do capital, por um lado, e com a exploração sem obstáculos da população em rápido crescimento, por outro. A nova burguesia, que ascendeu dessa revolução, queria tomar parte nas decisões políticas e nas estruturas do Estado. O capitalismo, seu novo sistema econômico, assim, tornou-se um componente inerente ao novo Estado nacional. O Estado nacional necessitava da burguesia e do poder do capital, a fim de substituir a velha ordem feudal e sua ideologia, baseada em estruturas tribais e em direitos de herança, por uma nova ideologia nacional que unia todas as tribos e clãs sob o abrigo da nação. Dessa forma, o capitalismo e o Estado nacional tornaram-se tão intimamente ligados um ao outro, que seria inimaginável um existir sem o outro. Como consequência disso, a exploração não só foi sancionada pelo Estado, mas até incentivada e facilitada.

Mas, acima de tudo, o Estado nacional deve ser pensado como a forma máxima de poder. Nenhum dos outros tipos de Estado tem tal capacidade de potência. Uma das principais razões para isso é que a parte superior da classe média foi ligada ao processo de monopolização de modo sempre crescente. O próprio Estado nacional é o monopólio completo mais desenvolvido. É a unidade mais desenvolvida dos monopólios, em termos comercial, industrial, financeiro e energético. Deve-se também pensar em monopólio ideológico como parte indivisível do monopólio

2. O ESTADO E SUAS RAÍZES RELIGIOSAS

As raízes religiosas do Estado já foram [por nós] discutidas em detalhe (A. Öcalan, *As Raízes da Civilização*, Londres, 2007). Muitos conceitos e noções políticas contemporâneas têm sua origem em conceitos ou estruturas religiosas ou teológicas. Na verdade, um olhar mais atento revela que a religião e a imaginação divina trouxeram as primeiras identidades sociais na história. Elas formaram a cola ideológica de muitas tribos e outras comunidades pré-estatais e definiram sua existência enquanto comunidades.

Mais tarde, depois que estruturas estatais já haviam se desenvolvido, as ligações tradicionais entre o Estado, o poder e a sociedade começaram a se desgastar. As ideias e práticas sagradas e divinas que haviam estado presentes na origem da comunidade crescentemente perderam seu significado para a identidade comum e foram, em vez disso, transferidas para estruturas de poder como monarcas ou ditadores. O Estado e seu poder foram derivados da vontade e da lei divinas e seu governante tornou-se rei pela graça de Deus. Eles representavam o poder divino na Terra.

Hoje, os Estados modernos em sua maioria chamam a si mesmos de seculares, ao afirmarem que os antigos vínculos entre religião e Estado foram rompidos e que a religião não é mais uma parte do Estado. Esta é, sem dúvida, apenas meia-verdade. Mesmo que instituições religiosas ou representantes do clero não mais participem da tomada de decisões políticas e sociais, eles ainda devem influenciar essas decisões até certo ponto, assim como eles mesmos são influenciados por ideias e desenvolvimentos políticos e sociais. Portanto, o secularismo, ou laicismo, como é chamado na Turquia, ainda contém elementos religiosos. A separação entre Estado e religião é o resultado de uma

decisão política. Ele, o Estado, não veio naturalmente. É por isso que, mesmo hoje, o poder e o Estado parecem ser algo dado, dado por Deus, por assim dizer. Noções como *Estado secular* ou *poder secular* permanecem ambíguos.

O Estado nacional também tem atribuído um número de atributos que servem para substituir atributos religiosamente arraigados mais antigos tais como: nação, pátria, bandeira nacional, hino nacional, e muitos outros. Particularmente noções como *a unidade do Estado e da nação* servem para transcender as estruturas políticas materiais e são, como tal, rememorativas da pré-estatal *unidade com Deus*. Elas foram colocadas no lugar do *divino*.

Quando em épocas anteriores uma tribo subjugava outra tribo, seus membros tinham de adorar os deuses dos vencedores. Podemos, sem dúvida, chamar esse processo de um processo de colonização, mesmo de assimilação. O Estado nacional é um estado centralizado, com atributos quase divinos que têm desarmado completamente a sociedade e que monopoliza o uso da força.

3. BUROCRACIA E ESTADO NACIONAL

Uma vez que o Estado nacional transcende sua base material, os cidadãos, ele assume uma existência para além de suas instituições políticas. Ele precisa de instituições adicionais próprias para proteger suas bases ideológicas, bem como suas estruturas jurídicas, econômicas e religiosas. A burocracia civil e militar resultante e sempre em expansão resultante é dispendiosa e serve apenas para a preservação do próprio Estado transcendente, que, por sua vez, sobrepõe a burocracia acima do povo.

Durante a modernidade europeia, o Estado teve todos os meios à sua disposição para expandir sua burocracia para dentro de todos os estratos da so-

ÖCALAN. Conferderalismo democrático ciedade. Aí, cresceu como câncer, infectando todos os sinais vitais da sociedade. A burocracia e o Estado nacional não podem existir um sem o outro. Se o Estado nacional é a espinha dorsal da modernidade capitalista, é certamente a jaula da sociedade natural. Sua burocracia assegura o bom funcionamento do sistema, a base da produção de bens e os lucros para os agentes econômicos interessados, tanto no Estado nacional do socialismo real quanto no Estado nacional propício à livre-empresa. O Estado nacional domestica a sociedade em nome do capitalismo e aliena a comunidade de suas fundações naturais. Qualquer análise destinada a localizar e resolver problemas sociais necessita apreender mais de perto essas conexões.

4. ESTADO NACIONAL E HOMOGENEIDADE

O Estado nacional, em sua forma original, visava à monopolização de todos os processos sociais. A diversidade e a pluralidade tiveram de ser combatidas, em um confronto que induziu à assimilação e ao genocídio. Ele não só explora as ideias e o potencial laboral da sociedade e coloniza as cabeças das pessoas em nome do capitalismo. Ele também assimila todos os tipos de ideias e espirituais e intelectuais e de culturas, a fim de preservar sua própria existência. Objetiva a criação de uma única cultura nacional, de uma única identidade nacional e de uma única comunidade religiosa unificada. Assim, também reforça a cidadania homogênea. A noção de cidadão foi criada como resultado da busca de tal homogeneidade. A cidadania da modernidade não define nada além da transição da escravidão privada para a escravidão estatal. O capitalismo não pode alcançar o lucro na ausência de tais braços escravos modernos. A sociedade nacional homogênea é a sociedade mais artificial criada e é o resultado do “projeto de engenharia social”.

Esses objetivos são geralmente realizados pelo uso da força ou por incentivos financeiros e muitas

vezes resultaram na aniquilação física das minorias, culturas ou línguas ou em assimilação forçada. A história dos últimos dois séculos está cheia de exemplos ilustrativos das tentativas violentas de criação de uma nação que corresponda à realidade imaginária de um verdadeiro Estado nacional.

5. ESTADO NACIONAL E SOCIEDADE

Diz-se frequentemente que o Estado nacional está preocupado com o destino das pessoas comuns. Isso não é verdade. Pelo contrário, é o governante nacional do sistema capitalista mundial, um vassalo da modernidade capitalista que é mais profundamente enredado nas estruturas dominantes do capital do que geralmente tendemos a considerar: ele é uma colônia do capital. Independentemente de quão nacionalista o Estado nacional possa se apresentar, ele serve na mesma medida os processos capitalistas de exploração. Não há outra explicação para as terríveis guerras de exploração da modernidade capitalista. Assim, o Estado nacional não está com as pessoas comuns – ele é um inimigo dos povos.

Relações entre outros Estados nacionais e monopólios internacionais são coordenadas pelos diplomatas do Estado nacional. Sem o reconhecimento por parte de outros Estados nacionais, nenhum deles poderia sobreviver. A razão pode ser encontrada na lógica do sistema capitalista mundial. Os Estados nacionais que deixam a falange do sistema capitalista serão surpreendidos pelo mesmo destino que o regime de Saddam no Iraque experimentou ou serão postos de joelhos por meio de sanções econômicas.

Vamos agora derivar algumas características do Estado nacional a partir do exemplo da República da Turquia.

ÖCALAN. Conferderalismo democrático B. FUNDAÇÕES IDEOLÓGICAS DO ESTADO NACIONAL

No passado, a história de estados foi muitas vezes equacionada com a história de seus governantes, a qual emprestou a eles qualidades quase divinas. Essa prática mudou com o surgimento do Estado nacional. Agora, o Estado inteiro foi idealismo e elevado a um nível de divindade.

1. NACIONALISMO

Supondo que comparássemos o Estado nacional a um deus vivo, então, o nacionalismo seria a religião correspondente. Apesar de alguns elementos aparentemente positivos, o Estado nacional e o nacionalismo apresentam características metafísicas. Nesse contexto, o lucro capitalista e a acumulação de capital aparecem como categorias envoltas em mistério. Há uma rede de relações contraditórias por trás desses termos que se baseia na força e na exploração. Seu esforço hegemônico pelo poder serve para a maximização dos lucros. Nesse sentido, o nacionalismo aparece como uma justificativa quase religiosa. Sua verdadeira missão, no entanto, são seus serviços prestados ao divino Estado nacional nação e à sua visão ideológica que permeia todas as áreas da sociedade. Artes, ciência e consciência social: nenhum deles é independente. Portanto, um verdadeiro esclarecimento intelectual necessita uma análise fundamental destes elementos da modernidade.

2. CIÊNCIA POSITIVISTA

O paradigma de uma ciência positivista ou descritiva constitui outro pilar ideológico do Estado nacional. Ela alimenta a ideologia nacionalista, mas

também o laicismo, que tomou a forma de uma nova religião. Por outro lado, ela é um dos fundamentos ideológicos da modernidade e seus dogmas influenciaram e deram sustentação às ciências sociais. O positivismo pode ser circunscrito como uma abordagem filosófica que é estritamente confinada à aparência das coisas, a qual é equiparada à própria realidade. Desde que no positivismo aparência é realidade, nada que não tenha aparência pode ser parte da realidade. Sabemos da física quântica, da astronomia e de algumas áreas da biologia e até mesmo da substância do próprio pensamento que a realidade ocorre em mundos que estão além de eventos observáveis. A verdade, na relação entre o observado e o observador, mistificou a si mesma, na medida em que já não se adapta a qualquer escala física ou definição. O positivismo nega isso e, portanto, em certa medida, assemelha-se à idolatria dos tempos antigos, em que o ídolo constitui a imagem da realidade.

3. SEXISMO

Outro pilar ideológico do Estado nacional é o sexismo que permeia toda a sociedade. Muitos sistemas civilizados têm empregado o sexismo, a fim de preservar seu próprio poder. Eles reforçaram a exploração das mulheres e as usaram como um reservatório valioso de mão de obra barata. As mulheres também são consideradas um recurso valioso, à medida que produzem descendência para proporcionar a reprodução de homens. Assim, a mulher é tanto um objeto sexual e uma mercadoria. Ela é uma ferramenta para a preservação do poder masculino e pode, na melhor das hipóteses, avançar para se tornar um acessório da sociedade masculina patriarcal.

Por um lado, o sexismo da sociedade do Estado nacional reforça o poder dos homens. Por outro lado, o Estado nacional transforma sua sociedade em uma colônia por meio da exploração das mulheres. A

ÖCALAN. Conferderalismo democrático esse respeito, as mulheres também podem ser consideradas como uma nação explorada.

No curso da história da civilização, o patriarcado consolidou sua estrutura tradicional de hierarquias, que no Estado nacional é alimentada pelo sexismo. O sexismo socialmente arraigado, exatamente como o nacionalismo, é um produto ideológico do Estado nacional e do poder. O sexismo socialmente arraigado não é menos perigoso que o capitalismo. O patriarcado, no entanto, tenta esconder esses fatos, a qualquer custo. Isso é compreensível, tendo em vista o fato de que todas as relações de poder e da ideologia de Estado são alimentadas por conceitos e comportamentos sexistas. Sem a repressão das mulheres, a repressão de toda a sociedade não é concebível. O sexismo na sociedade do Estado nacional, enquanto, por um lado, dá ao macho o máximo poder, por outro lado, por meio da mulher, transforma a sociedade na pior de todas as colônias. Por conseguinte, a mulher é parte da nação colonial da sociedade histórica, e alcançou sua pior posição dentro do Estado nacional. Todo o poder e todas as ideologias estatais decorrem das atitudes e dos comportamentos sexistas. A escravidão da mulher é a mais profunda e disfarçada área social onde todos os tipos de escravidão, opressão e colonização são realizados. O capitalismo e o Estado nacional agem com plena consciência disso. Sem a escravidão da mulher, nenhum dos outros tipos de escravidão pode subsistir e muito menos se desenvolver. Capitalismo e Estado nacional significam o mais institucionalizado macho dominante. Mais vigorosa e abertamente falando: o capitalismo e o Estado nacional são o monopólio do macho despótico e explorador.

4. RELIGIOSIDADE

Mesmo que aja aparentemente como um Estado secular, o Estado nacional não se coíbe de usar uma mistura de nacionalismo e religião para seus pro-

pósitos. A razão é simples: a religião ainda desempenha um papel importante em algumas sociedades ou em partes delas. Em particular o Islã é muito ativo a este respeito.

No entanto, a religião na era da modernidade não mais desempenha seu papel tradicional. Seja ela uma crença radical ou moderada, a religião no Estado nacional não tem mais uma missão na sociedade. Ela só pode fazer o que for permitido pelo Estado nacional. Sua influência ainda existente e sua funcionalidade, que pode ser abusivamente utilizada para a promoção do nacionalismo, são aspectos interessantes para o Estado nacional. O xiismo do Irã é uma das armas ideológicas mais poderosas do Estado iraniano. Na Turquia, a ideologia sunita desempenha um papel similar, porém mais limitado.

C. OS CURDOS E O ESTADO NACIONAL

Após uma breve introdução precedente sobre o Estado nacional e sobre noções básicas de sua ideologia, vamos ver agora por que a fundação de um Estado nacional curdo não faz sentido para os curdos.

Nas últimas décadas, os curdos não só lutaram contra a repressão pelos poderes dominantes e pelo reconhecimento de sua existência, mas também pela libertação de sua sociedade das amarras do feudalismo. Por conseguinte, não faz sentido substituir as antigas correntes por outras, ou mesmo aumentar a repressão. Isto é o que a fundação de um Estado nacional poderia significar no contexto da modernidade capitalista. Sem oposição contra a modernidade capitalista, não haverá espaço para a libertação dos povos. Esta é a razão pela qual a fundação de um Estado nacional curdo não é uma opção para mim.

O chamado para um Estado nacional separado resulta de interesses da classe dirigente ou dos interesses da burguesia, mas não reflete os interesses

ÖCALAN. Conferderalismo democrático do povo, uma vez que outro Estado somente seria a criação de injustiça adicional e cercearia ainda mais o direito à liberdade.

A solução para a questão curda, portanto, precisa ser encontrada em um confronto que enfraqueça a modernidade capitalista ou a empurre para trás. Há razões históricas, peculiaridades sociais e desenvolvimentos reais, assim como o fato de que a área de povoamento dos curdos se estenda pelos territórios de quatro diferentes países, o que torna a solução democrática indispensável. Mais além, há também o importante fato de que todo o Oriente Médio sofra de uma deficiência de democracia. Graças à situação geoestratégica da área de povoamento dos curdos, projetos democráticos bem-sucedidos dos curdos prometem avançar a democratização de todo o Oriente Médio. Permitam-nos chamar esse projeto democrático de *Confederalismo Democrático*.

II. CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO

Esse tipo de governo ou administração pode ser chamado de administração política não estatal ou de democracia sem um Estado. Processos democráticos de tomada de decisão não podem ser confundidos com os processos conhecidos como administração pública. Estados apenas administram enquanto democracias governam. Estados são baseados em poder; democracias são baseadas em consenso coletivo. A função pública no Estado é determinada por decreto, embora ela possa ser em parte legitimada por eleições. Democracias recorrem a eleições diretas. O Estado recorre à coerção como meio legítimo. Democracias baseiam-se na participação voluntária.

O Confederalismo Democrático é aberto a outros grupos e facções políticas. Ele é flexível, multicultural, antimonopolístico e orientado para o consenso. Ecologia e feminismo são pilares centrais. No

quadro desse tipo de autoadministração, uma economia alternativa irá se tornar necessária, aumentando os recursos da sociedade ao invés de explorá-la, assim fazendo justiça às necessidades múltiplas da sociedade.

A. PARTICIPAÇÃO E A DIVERSIDADE DO PANORAMA POLÍTICO

A composição contraditória da sociedade necessita de grupos políticos com formações ao mesmo tempo verticais e horizontais. Grupos centrais, regionais e locais necessitam ser organizados dessa maneira. Somente eles, cada um por si próprio, são capazes de lidar com sua situação concreta especial e desenvolver soluções apropriadas para problemas sociais de longo alcance. É um direito natural expressar a identidade cultural, étnica ou nacional com o auxílio de associações políticas. Todavia, esse direito necessita de uma sociedade ética e política. Quer seja sob a forma de Estado nacional, de república ou de democracia – o Confederalismo Democrático é aberto a transigências relativas a tradições estatais ou governamentais. Ele permite coexistência equitativa.

B. A HERANÇA DA SOCIEDADE E A ACUMULAÇÃO DE CONHECIMENTO HISTÓRICO

Novamente, então, o Confederalismo Democrático apoia-se na experiência histórica da sociedade e em sua herança coletiva. Não é um sistema político moderno arbitrário, mas, sim, acumulação de história e de experiência. É uma decorrência da existência da sociedade.

O Estado continuamente orienta-se para o centralismo, de modo a seguir os interesses dos monopólios de poder. Exatamente o oposto é verdadei-

ÖCALAN. Conferderalismo democrático ro para o confederalismo. Não os monopólios, mas a sociedade está no centro do foco político. A estrutura heterogênea da sociedade está em contradição com todas as formas de centralismo. O centralismo pronunciado somente resulta em erupções sociais.

Desde tempos imemoriais, os povos têm sempre formado grupos livres de clãs, tribos ou outras comunidades com aspectos federais. Desse modo, eles foram capazes de preservar sua autonomia interna. Mesmo a governança interna dos impérios empregou métodos diversos de autoadministração para suas diferentes partes, que incluíram autoridades religiosas, conselhos tribais, reinos, e mesmo repúblicas. Por isso é importante compreender que mesmo impérios aparentemente centralistas seguem uma estrutura organizacional confederada. O modelo centralista não é um modelo administrativo desejado pela sociedade. Em vez disso, ele é a fonte da preservação do poder dos monopólios.

C. ÉTICA E CONSCIÊNCIA POLÍTICA

A classificação da sociedade em categorias e termos segundo certo padrão é produzida artificialmente pelos monopólios capitalistas. O que importa em uma sociedade como esta não é o que você é, mas o que você aparenta ser. A aparente alienação da sociedade de sua própria existência estimula o afastamento da participação ativa, uma reação que é sempre chamada de desencantamento com a política. No entanto, as sociedades são essencialmente políticas e orientadas para valores. Monopólios econômicos, políticos, ideológicos e militares são construções que contradizem a natureza da sociedade por unicamente empenhar-se pela acumulação de lucro. Eles não criam valores. Uma revolução também não pode criar uma nova sociedade. Ela pode somente influenciar o tecido ético e político da sociedade. Algo além fica a critério da sociedade política de base ética.

Eu já mencionei que a modernidade capitalista reforça a centralização do Estado. Os centros políticos e militares de poder no interior da sociedade têm sido privados de sua influência. O Estado nacional, como substituto moderno da monarquia, deixou para trás uma sociedade enfraquecida e desprotegida. A esse respeito, a ordem legal e a paz pública somente podem implicar em dominação de classe pela burguesia. O poder elege a si mesmo no Estado central e torna-se um dos paradigmas administrativos fundamentais da modernidade. Isso coloca o Estado nacional em contraste com a democracia e com o republicanismo.

Nosso projeto de “modernidade democrática” é concebido como um projeto alternativo à modernidade como nós a conhecemos. Ele baseia-se no Confederalismo Democrático como um paradigma político fundamental. A modernidade democrática é a morada da sociedade política de base ética. Enquanto nós cometermos o erro de acreditar que as sociedades precisam ser entidades homogêneas monolíticas, será difícil compreender o confederalismo. A história da modernidade é também a história de quatro séculos de genocídio cultural e físico em nome de uma sociedade unitária imaginada. O Confederalismo Democrático, como categoria sociológica, é a contraparte dessa história e se baseia na determinação de combater, se necessário, do mesmo modo pela diversidade pela diversidade étnica, cultural e política.

A crise do sistema financeiro é uma consequência inerente do Estado nacional capitalista. No entanto, todos os esforços dos neoliberais para modificar o Estado nacional têm sido mal sucedidos. O Oriente Médio oferece exemplos instrutivos.

D. CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO E UM SISTEMA POLÍTICO DEMOCRÁTICO

Em contraste com um entendimento centralis-

ÖCALAN. Conferderalismo democrático ta e burocrático da administração e do exercício do poder, o confederalismo afirma um tipo de autoadministração onde todos os grupos da sociedade e todas as identidades culturais podem se expressar em encontros locais, convenções gerais e conselhos. Este entendimento da democracia abre o espaço político a todos os estratos da sociedade e permite a formação de diferentes e diversos grupos políticos. Deste modo, ele também promove a integração política da sociedade como um todo. A política torna-se uma parte da vida diária. Sem a política, a crise do Estado não pode ser resolvida, uma vez que a crise é alimentada por uma falta de representação da sociedade política. Termos como federalismo e autoadministração, como eles são encontrados nas democracias liberais, precisam ser concebidos de outra maneira. Essencialmente, eles não devem ser concebidos como níveis hierárquicos da administração do Estado nacional, mas, ao contrário, como instrumentos centrais de expressão e participação sociais. Isso, por sua vez, irá promover a politização da sociedade. Nós não precisamos aqui de grandes teorias. O que precisamos é dar a palavra às necessidades sociais, ao fortalecer estruturalmente a autonomia dos autores sociais e ao criar as condições para a organização da sociedade como um todo. A criação de um nível operacional em que todos os tipos de grupos políticos e sociais, de comunidades religiosas ou de tendências intelectuais possam se expressar diretamente em todos os processos locais de tomada de decisão, também pode ser chamado de democracia participativa. Quanto mais forte for a participação, mais poderoso é esse tipo de democracia. Enquanto o Estado nacional está em contraste com a democracia e mesmo o recusa, o Confederalismo Democrático constitui um processo democrático contínuo.

Os atores sociais, que são unidades federativas cada uma por si, são as células germinativas da democracia participativa. Eles podem se combinar e se associar em novos grupos e confederações de acordo com a situação. Cada uma das unidades políticas envolvidas na democracia participativa é essencial-

mente democrática. Desse modo, o que chamamos de democracia é então a aplicação de processos democráticos de tomadas de decisão do nível local para o nível global na estrutura de um processo político contínuo. Esse processo irá afetar a estrutura do tecido social da sociedade em contraste com o empenho pela homogeneidade por parte do Estado nacional, construção que pode ser somente efetuada pela força, acarretando assim a perda da liberdade.

Já tratei da questão sobre a qual o nível local é o nível em que as decisões são tomadas. No entanto, o pensamento que conduz as estas decisões precisa estar em conformidade com os assuntos globais. Nós precisamos nos tornar conscientes de que mesmo aldeias e bairros urbanos necessitam de estruturas confederadas. Todas as áreas da sociedade precisam ser dadas à autoadministração e todos os níveis dela precisam ser livres para participar.

E. Confederalismo Democrático e auto-defesa

Essencialmente, o Estado nacional é uma entidade militarmente estruturada. Estados nacionais são eventualmente produtos de todos os tipos de estados de guerra interna e externa. Nenhum dos Estados nacionais existentes passou a existir por si próprio. Invariavelmente, eles têm um acúmulo de guerras. Este processo não é limitado às suas fases de formação, mas, ao contrário, ele é construído sobre a militarização de toda a sociedade. A liderança civil do Estado é apenas um suplemento do aparato militar. As democracias liberais até mesmo excedem isso ao pintar suas estruturas militaristas com cores democráticas e liberais. No entanto, isso não as impede de buscar soluções autoritárias no ápice de uma crise causada pelo próprio sistema. O exercício fascista do poder é a natureza do Estado nacional. O fascismo é a forma mais pura do Estado nacional.

ÖCALAN. Conferderalismo democrático

Essa militarização somente pode ser sobrepassada com o recurso à autodefesa. Sociedades sem qualquer mecanismo de autodefesa perdem sua identidade, sua capacidade de tomada democrática de decisões e sua natureza política. Portanto, a autodefesa de uma sociedade não é limitada à dimensão militar somente. Ela também pressupõe a preservação de sua identidade, de sua consciência política própria, bem como pressupõe um processo de democratização. Somente então podemos falar em autodefesa.

Contra esses antecedentes, o Confederalismo Democrático pode ser considerado um sistema de autodefesa da sociedade. Somente com o auxílio de redes confederadas, pode haver uma base para se opor à dominação global dos monopólios e do militarismo do Estado nacional. Em contraposição à rede de monopólios, podemos estabelecer uma igualmente robusta rede de confederações sociais.

Isso significa em particular que o paradigma social do confederalismo não implica um monopólio militar para as forças armadas, que têm apenas a tarefa de garantir a segurança interna e externa. Elas estão sob o controle direto das instituições democráticas. A sociedade em si deve ser capaz de determinar seus deveres. Uma de suas tarefas será a defesa do livre arbítrio da sociedade perante intervenções internas e externas. A composição da liderança militar precisa ser, portanto, determinada em termos e partes iguais pelas instituições políticas como pelos agrupamentos confederados.

F. O CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO CONTRA A LUTA PELA HEGEMONIA

No Confederalismo Democrático, não há espaço para qualquer tipo de luta pela hegemonia. Isso é particularmente verdadeiro no campo da ideologia. Hegemonia é um princípio que é geralmente seguido

pelo tipo clássico da civilização. Civilizações democráticas rejeitam poderes e ideologias hegemônicas. Quaisquer formas de expressão que cruzem os limites da autoadministração democrática poderiam reduzir a autoadministração e a liberdade de expressão ao absurdo. O tratamento coletivo dos assuntos da sociedade necessita de compreensão, de respeito de opiniões divergentes e de formas democráticas de tomada de decisão. Isso está em contraste com o entendimento da liderança na modernidade capitalista, em que as decisões burocráticas arbitrárias características do Estado nacional são diametralmente opostas à liderança democrático-confederada em consonância com fundamentos éticos. No Confederalismo Democrático, instituições de liderança não necessitam de legitimação ideológica. Por conseguinte, elas não precisam lutar por hegemonia.

G. Estruturas do Confederalismo Democrático em escala global

Embora no Confederalismo Democrático o foco esteja no nível local, o confederalismo globalmente organizado não está excluído. Ao contrário, precisamos edificar uma plataforma de sociedades civis nacionais na forma de assembleia confederada, para fazer oposição às Nações Unidas como uma associação de Estados nacionais sob a liderança das superpotências. Dessa forma, poderíamos obter melhores decisões com vista à paz, à ecologia, à justiça e à produtividade no mundo.

CONCLUSÃO

O Confederalismo Democrático pode ser descrito como um tipo de autoadministração em contraste com a administração pelo Estado nacional. No

ÖCALAN. Conferderalismo democrático entanto, sob circunstâncias específicas, a coexistência pacífica é possível enquanto o Estado nacional não intervier em assuntos centrais da autoadministração. Quaisquer dessas intervenções seriam um chamado à autodefesa da sociedade civil.

O Confederalismo Democrático não está em guerra contra nenhum Estado nacional, mas não vai ficar de braços cruzados perante esforços de assimilação. Uma derrubada revolucionária de regime ou a fundação de um novo Estado não cria uma mudança sustentável. No longo prazo, a liberdade e a justiça só podem ser realizadas dentro de um processo dinâmico democrático-confederado.

Nem a total rejeição nem o reconhecimento total do Estado são úteis para os esforços democráticos da sociedade civil. A superação do Estado, particularmente o Estado nacional, é um processo de longo prazo.

O Estado será superado quando o Confederalismo Democrático provar sua capacidade de resolução de problemas, com vistas a questões sociais. Isso não significa, porém, que os ataques por parte do Estado nacional possam ser aceitos. As confederações democráticas vão manter forças de autodefesa em todos os momentos. As confederações democráticas não irão se limitar a se organizar dentro de um único território particular. Eles se tornarão confederações transfronteiriças quando as sociedades em causa assim o desejarem.

IV. PRINCÍPIOS DO CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO

1) O direito de autodeterminação dos povos inclui o direito de um Estado próprio. No entanto, a fundação de um Estado não aumenta a liberdade de um povo. O sistema das Nações Unidas, que se baseia em Estados nacionais, manteve-se ineficiente. Enquanto isso, os Estados nacionais tornaram-se sérios obstáculos para

qualquer desenvolvimento social. O Confederalismo Democrático é o paradigma contrastante dos povos oprimidos.

2) O Confederalismo Democrático é um paradigma social não estatal. Ele não é controlado por um Estado. Ao mesmo tempo, o Confederalismo Democrático é o modelo organizacional cultural de uma nação democrática.

3) O Confederalismo Democrático é baseado na participação popular de base. Seus processos de tomada de decisão pertencem às comunidades. Níveis mais altos servem apenas para a coordenação e a execução da vontade das comunidades, que enviam seus delegados às assembleias gerais. Para o espaço limitado de tempo, eles são ao mesmo tempo instituições de porta-vozes e executivas. No entanto, o poder básico de decisão cabe às instituições de base locais.

4) No Oriente Médio, a democracia não pode ser imposta pelo sistema capitalista e por suas potências imperiais, que só causam danos à democracia. A propagação da democracia popular de base é fundamental. É a única abordagem que pode lidar com diversos grupos étnicos, religiões e diferenças de classe. Ela também vai bem em conjunto com a estrutura confederada tradicional da sociedade.

5) O Confederalismo Democrático no Curdistão é também um movimento antinacionalista. Tem por objetivo a realização do direito de autodefesa dos povos por meio do avanço da democracia em todas as partes do Curdistão, sem questionar as fronteiras políticas existentes. Seu objetivo não é a fundação de um Estado nacional curdo. O movimento pretende estabelecer estruturas federais no Irã, na Turquia, na Síria e no Iraque, que estejam abertas a todos os curdos e, ao mesmo tempo, formar uma confederação que abranja todas as quatro partes do Curdistão.

ÖCALAN. Conferderalismo democrático
V. PROBLEMAS DOS POVOS NO ORIENTE MÉDIO E POSSÍVEIS CAMINHOS PARA UMA SOLUÇÃO

A questão nacional não é uma fantasia da modernidade capitalista. No entanto, foi a modernidade capitalista que impôs a questão nacional sobre a sociedade. A nação substituiu a comunidade religiosa. No entanto, a transição para uma sociedade nacional tem que superar a modernidade capitalista para que a nação não se mantenha como o disfarce de monopólios repressivos.

Tão negativas quanto uma ênfase excessiva na categoria nacional no Oriente Médio são as graves consequências de se negligenciar o aspecto coletivo nacional. Assim, o método, ao se lidar com a questão, não deve ser ideológico, mas científico e não nacionalista e estatista, mas baseado nos conceitos de nação democrática e de comunitarismo democrático. O conteúdo dessa abordagem são os elementos fundamentais da modernidade democrática.

Nos últimos dois séculos, o nacionalismo e a tendência para os Estados nacionais têm sido alimentados nas sociedades do Oriente Médio. Os problemas nacionais não foram resolvidos, mas, ao contrário, foram agravados em todas as áreas da sociedade. Ao invés de cultivar a competição produtiva, o capital impõe guerras internas e externas em nome do Estado nacional.

A teoria do comunitarismo seria uma alternativa ao capitalismo. Em um quadro de nações democráticas que não rivalizam por monopólios de poder, pode haver paz em uma região que tem sido apenas o campo de guerras sangrentas e genocídios.

Nesse contexto, podemos falar de quatro grupos culturais majoritários: árabes, persas, turcos e curdos. Eu não desejo dividir as nações em maiorias ou minorias, já que não acho que isso seja apropriado. Mas, devido a considerações demográficas, falarei

das nações majoritárias. No mesmo contexto, também poderemos utilizar o termo nações minoritárias.

1. Há mais de vinte Estados nacionais árabes que dividem a comunidade árabe e deterioram suas sociedades por guerras. Esse é um dos principais fatores responsáveis pela alienação dos valores culturais e pela aparente situação desesperada da questão nacional árabe. Esses nacionais grupos culturais nem sequer foram capazes de formar uma comunidade econômica transnacional. Eles são a principal razão da situação problemática da nação árabe. Um nacionalismo tribal de motivação religiosa, juntamente com uma sociedade patriarcal machista permeia todas as áreas da sociedade, resultando em nítido conservadorismo e obediência servil. Ninguém acredita que os árabes serão capazes de encontrar uma solução nacional árabe para seus problemas internos e transnacionais. No entanto, a democratização e uma abordagem comunitarista podem proporcionar uma solução. Sua fraqueza em relação a Israel, que os Estados nacionais árabes consideram como um concorrente, não é apenas o resultado do apoio internacional dado pelas potências hegemônicas. Antes, é o resultado de fortes instituições internas democráticas e comunitárias em Israel. Durante o último século, a sociedade da nação árabe tem sido enfraquecida pelo nacionalismo radical e pelo islamismo. No entanto, se eles forem capazes de unir o socialismo comunitário, que para eles não é desconhecido, com aquele em conformidade com o entendimento de uma nação democrática, então eles podem ser capazes de se encontrar em uma solução segura e duradoura.

2. Os turcos e os turcomanos formam outra nação influente. Eles compartilham um entendimento do poder e da ideologia semelhante ao dos árabes. Eles são estritos nacionalistas e estatistas e têm um profundo nacionalismo religioso e racial incrustado em seu íntimo. Do ponto de vista sociológico, os turcos e os turcomanos são bastante diferentes. As relações entre os turcomanos e a aristocracia turca assemelham-se às tensas relações entre os beduínos e a aristocracia

ÖCALAN. Conferderalismo democrático árabe. Eles formam um estrato cujos interesses são compatíveis com a democracia e com o comunitarismo. Os problemas nacionais são bastante complexos. A luta pelo poder do Estado nacional, o nítido nacionalismo e uma sociedade patriarcal machista prevalecem e criam uma sociedade muito conservadora. A família é considerada a menor unidade do Estado. Tanto os indivíduos como as instituições têm sido tomados nesse sentido. As comunidades turcas e turcomanas lutam pelo poder. Outros grupos étnicos são submetidos a uma política distinta de subjugação. As estruturas centralistas de poder do Estado nacional turco e a rígida ideologia oficial impedem uma solução para a questão curda até os dias atuais. A sociedade é levada a acreditar que não há alternativa ao Estado. Não há equilíbrio entre o indivíduo e o Estado. A obediência é considerada como a maior virtude.

Em contraste com isso, a teoria da modernidade democrática oferece uma abordagem adequada a todas as comunidades nacionais na Turquia para resolver seus problemas nacionais. O projeto de base comunitária de uma confederação democrática turca poderia ao mesmo tempo fortalecer sua unidade interna e criar as condições para uma coexistência pacífica com os vizinhos com os quais vivem. As fronteiras têm o seu significado original desfeito quando se obtém a unidade social. Apesar dos limites geográficos, as modernas ferramentas de comunicação atuais permitem uma unidade eficaz entre indivíduos e comunidades, onde quer que eles estejam. Uma confederação democrática das comunidades nacionais turcas poderia ser uma contribuição para a paz mundial e para o sistema da modernidade democrática.

3. A sociedade nacional curda é muito complexa. Mundialmente, os curdos são a maior nação sem Estado próprio. Eles se estabeleceram em suas áreas atuais de povoamento desde o neolítico. A agricultura e a pecuária, bem como sua prontidão em se defenderem usando as vantagens geográficas de sua terra natal montanhosa, ajudaram os curdos a sobreviverem como um povo nativo. A questão nacional curda surge

do fato de que lhes foi negado seu direito à nacionalidade. Outros tentaram assimilá-los, aniquilá-los e, ao fim, negaram terminantemente sua existência. Não ter Estado próprio tem suas vantagens e desvantagens. As excrescências de civilizações baseadas no Estado só foram tomadas de forma limitada. Este pode ser um benefício para a percepção de conceitos sociais alternativos para além da modernidade capitalista. Sua área de povoamento é dividida pelas fronteiras nacionais de quatro países e está posicionada em uma região geoestrategicamente importante, proporcionando assim aos curdos uma vantagem estratégica. Os curdos não têm oportunidade de formar uma sociedade nacional por meio do uso do poder de Estado. Embora exista uma entidade política curda hoje no Curdistão iraquiano, não é um Estado nacional, mas sim uma entidade paraestatal.

O Curdistão também tem sido o lar de minorias armênias e aramaicas antes de estas terem sido vítimas de genocídios. Há também grupos menores de árabes e turcos. Ainda hoje existem muitas religiões e crenças diferentes ali vivendo lado a lado. Há também rudimentos de uma cultura clânica e tribal, embora não haja ali quase nenhuma presença de cultura urbana.

Todas essas características são uma bênção para novas formações políticas democráticas. Cooperativas comunais na agricultura, mas também na economia da água e no setor de energia oferecem-se como formas ideais de produção. A situação também é favorável para o desenvolvimento de uma sociedade política ética. Mesmo a ideologia patriarcal é menos profundamente enraizada neste caso do que nas sociedades vizinhas. Isso é benéfico para o estabelecimento de uma sociedade democrática em que a liberdade e a igualdade das mulheres podem formar um dos principais pilares. Isso também oferece as condições para a criação de uma nação amiga do ambiente democrático em consonância com o paradigma da modernidade democrática. A construção de uma nação democrática com base em identidades plurinacionais

ÖCALAN. Conferderalismo democrático é a solução ideal, quando confrontado com o beco sem saída do Estado nacional. A entidade emergente poderia tornar-se um modelo para todo o Oriente Médio e expandir-se dinamicamente para países vizinhos. O convencimento das nações vizinhas desse modelo deve mudar o destino do Oriente Médio e reforçaria a possibilidade da modernidade democrática para criar uma alternativa. Nesse sentido, portanto, a liberdade dos curdos e a democratização da sua sociedade seriam sinônimas de liberdade para toda a região e para suas sociedades.

4. As razões para os problemas atuais da nação persa ou iraniana podem ser encontradas nas intervenções de civilizações históricas e na modernidade capitalista. Embora sua identidade original seja resultado das tradições zoroastriana e mitraica, estas foram anuladas por um derivado do Islã. O maniqueísmo, que emergiu como a síntese do judaísmo, do cristianismo e do maometismo com a filosofia grega, não foi capaz de prevalecer contra a ideologia da civilização oficial. Na verdade, ele não foi mais longe, nesse tempo, para cultivar a tradição da rebeldia. Por conseguinte, converteu a tradição islâmica na seita xiita adotada para ser sua mais recente ideologia civilizacional. Atualmente, existem esforços para se modernizar, ao transpor os elementos da modernidade capitalista por meio de seu filtro xiita.

A sociedade iraniana é multiétnica e multirreligiosa e agraciada com uma rica cultura. Todas as identidades nacionais e religiosas do Oriente Médio podem ser ali encontradas. Essa diversidade está em forte contraste com a alegação hegemônica da teocracia, que cultiva um nacionalismo religioso sutil, enquanto a classe dominante não faz retroceder a propaganda antimodernista sempre que esta convém a seus interesses. Tendências revolucionárias e democráticas foram integradas pela civilização tradicional. Um regime despótico habilmente governa o país. Os efeitos negativos das sanções estadunidenses e europeias não são desprezíveis aqui. Apesar dos grandes esforços centralistas no Irã, nas bases populares já existe al-

gum tipo de federalismo. Quando elementos de civilização democrática e elementos federalistas incluindo azeris, curdos, baluchis, árabes e turcomanos se cruzarem, o projeto de uma “Confederação Democrática do Irã” pode surgir e se tornar atraente. O movimento das mulheres e as tradições comunais terão aqui um papel especial.

5. A questão nacional armênia contém uma das maiores tragédias que o progresso da modernidade capitalista acarretou ao Oriente Médio. Os armênios são um povo muito antigo. Eles compartilharam grande parte de sua área de povoamento com os curdos. Enquanto os curdos vivem principalmente da agricultura e da pecuária, os armênios ocupam-se de artes e ofícios. Assim como os curdos, os armênios cultivaram uma tradição de autodefesa. Além de alguns episódios curtos, os armênios não fundaram com sucesso um Estado. Eles apoiam-se na cultura cristã, que lhes dá sua identidade e sua fé na salvação. Por causa de sua religião, muitas vezes eles sofreram repressão nas mãos da maioria muçulmana. Por isso, o nacionalismo emergente deu frutos com a burguesia armênia. Logo surgiram diferenças com os nacionalistas turcos, afinal terminando no genocídio dos armênios pelos turcos.

Além dos judeus, os armênios são o segundo maior povo que vive principalmente na diáspora. A fundação de um Estado armênio no oeste do Azerbaijão, no entanto, não resolveu a questão nacional armênia. As consequências do genocídio dificilmente podem ser colocadas em palavras. A busca pelo país perdido define sua psique nacional e está no centro da questão armênia. O problema é agravado pelo fato de que essas áreas têm sido ocupadas por outros povos desde então. Quaisquer conceitos baseados em um Estado nacional não podem oferecer uma solução. Não há nem uma estrutura populacional homogênea, nem quaisquer fronteiras claras conforme os requisitos da modernidade capitalista. O pensamento de seus adversários pode ser fascista; no entanto, não é suficiente apenas trazer o genocídio à mente. Estruturas

ÖCALAN. Conferderalismo democrático confederadas poderiam ser uma alternativa para os armênios. A fundação de uma nação democrática armênia em consonância com o paradigma da modernidade democrática promete aos armênios uma oportunidade para reinventarem-se. Isso poderia permitir-lhes voltar a seu lugar na pluralidade cultural do Oriente Médio. Na eventualidade de eles se renovarem sob a nação democrática armênia, não somente eles devem continuar a desempenhar seu papel histórico dentro da cultura do Oriente Médio, mas eles devem também encontrar o caminho certo para a libertação.

6. Nos tempos modernos, os cristãos arameus (assírios) também sofreram a sorte dos armênios. Eles também são uma das populações mais antigas do Oriente Médio. Eles compartilharam uma área de povoamento com os curdos, mas também com outras populações. Assim como os armênios, eles sofreram a repressão pela maioria muçulmana, o que abriu caminho para o nacionalismo de estilo europeu entre a burguesia aramaica. Afinal, os arameus também foram vítimas de genocídio sob as mãos dos turcos, sob a liderança do fascista Comitê da Unidade e do Progresso. Os curdos colaboracionistas deram uma mão amiga neste genocídio. A questão da sociedade nacional aramaica tem as suas raízes na civilização, mas também tem se desenvolvido com o cristianismo e com as ideologias da modernidade. Para uma solução, há necessidade de uma transformação radical dos arameus. Sua verdadeira salvação pode ser a ruptura com a mentalidade da civilização clássica e da modernidade capitalista e, em seu lugar, abraçar a civilização democrática e renovar sua rica memória cultural como um elemento da modernidade democrática, a fim de se reconstruírem como a “nação democrática aramaica”.

7. A história do povo judeu também mostra a história cultural geral problemática do Oriente Médio. A busca de uma história marcada por expulsão, massacres e genocídio correspondem a um acerto de contas entre as civilizações. A comunidade judaica assumiu as influências das antigas culturas suméria e egípcia, bem como aquelas de culturas tribais regionais. Ela tem

contribuído muito para a cultura do Oriente Médio. Tal como os arameus, eles foram vítimas dos acontecimentos extremos da modernidade. Contra esse pano de fundo, intelectuais de ascendência judaica desenvolveram uma complexa leitura em relação a essas questões. No entanto, de modo algum isto é suficiente. Para uma solução de problemas como esses, como eles se apresentam hoje em dia, é necessária uma apropriação renovada, de bases democráticas, da história do Oriente Médio. O Estado nacional de Israel está em guerra desde sua fundação. O grito de guerra é: olho por olho. Fogo não pode ser combatido com fogo, todavia. Mesmo que Israel desfrute de relativa segurança graças à sua sustentação internacional, esta não é uma solução sustentável. Nada estará permanentemente a salvo enquanto a modernidade capitalista não houver sido superada.

O conflito da Palestina deixa claro que o paradigma do Estado nacional é útil para uma solução. Tem havido muito derramamento de sangue; o que permanece é a difícil herança de problemas aparentemente insolúveis. O exemplo de Israel-Palestina mostra o completo fracasso da modernidade capitalista e do Estado nacional.

Os judeus estão entre os portadores da cultura do Oriente Médio. A negação de seu direito de existência é um ataque ao Oriente Médio como tal. Sua transformação em uma nação democrática, assim como para os armênios e os arameus, tornaria mais fácil sua participação em uma confederação democrática do Oriente Médio. O projeto de uma “Confederação Democrática do Egeu Oriental” seria um ponto de partida positivo. Identidades nacionais e religiosas estritas e exclusivas poderiam evoluir para identidades flexíveis e abertas no âmbito deste projeto. Israel também pode evoluir para uma nação democrática aberta mais aceitável. Sem dúvida, seus vizinhos também devem passar por tal transformação.

Tensões e conflitos armados no Oriente Médio fazem a transformação do paradigma da moderni-

ÖCALAN. Conferderalismo democrático parece inevitável. Sem isto, uma solução para os difíceis problemas sociais e questões nacionais é impossível. A modernidade democrática oferece uma alternativa para o sistema que é incapaz de resolver problemas.

8. A aniquilação da cultura helênica na Anatólia é uma perda que não pode ser compensada. A limpeza étnica preparada pelos Estados nacionais turco e grego no primeiro quartel do último século deixou sua marca. Nenhum Estado tem o direito de conduzir pessoas para fora de sua região cultural ancestral. No entanto, os Estados nacionais revelaram sua ação desumana em tais assuntos repetidamente. Os ataques às culturas helênica, judaica, aramaica e armênia foram reforçados enquanto o Islã se espalhava por todo o Oriente Médio. Isso, por sua vez, contribuiu para o declínio da civilização do Oriente Médio. A cultura islâmica jamais foi capaz de preencher o vazio crescente. No século XIX, quando a modernidade capitalista avançou para dentro do Oriente Médio, ela encontrou um deserto cultural criado pela erosão cultural auto infligida. A diversidade cultural também fortalece o mecanismo de defesa de uma sociedade. Monoculturas são menos robustas. Assim, a conquista do Oriente Médio não foi difícil. O projeto de uma nação homogênea, tal como propagada pelos Estados nacionais, favoreceu seu declínio cultural.

9. Os grupos étnicos do Cáucaso também têm problemas sociais que não são insignificantes. Eles repetidamente migraram no interior do Oriente Médio e estimularam suas culturas. Eles têm inquestionavelmente contribuído para sua riqueza cultural. A chegada da modernidade quase fez essas culturas minoritárias desaparecerem. Elas, também poderiam encontrar seu lugar adequado em uma estrutura confederada.

Finalmente, permitam-me exprimir novamente que os problemas fundamentais do Oriente Médio estão profundamente enraizados na civilização de classe. Eles foram tensionados novamente com a crise global da modernidade capitalista. Esta moder-

nidade e sua pretensão de domínio não podem oferecer solução alguma, muito menos uma perspectiva de longo prazo para a região do Oriente Médio. O futuro é Conferderalismo Democrático.